

02/02/2006

Celeste Correia

Assembleia da República Gabinete do Presidente
Nº de Entrada <u>140767</u>
Classificação <u>05/01/021</u>
Data <u>06/02/01</u>



**Requerimento**  
1 de Fevereiro de 2006  
Nº 1393/X (1a) - AC

Por determinação de Sua Excelência o  
Presidente da A.R., é BAPLEN

06.02.01

**Assunto – supressão de carreiras nos transportes públicos do Porto**  
Apresentado por: **Manuel Pizarro (PS)**

Abreu

No âmbito de um processo de reestruturação das suas carreiras, promovido no sentido de adequar a rede à entrada em funcionamento das novas linhas do metro do Porto, a STCP, SA suspendeu, com efeitos a partir de hoje, a carreira nº 23 e uma parte do percurso da carreira nº 88, entre o Freixo e a Alfandega.

Estas alterações prejudicam gravemente a mobilidade das populações daquela área do centro histórico do Porto, caracterizada pela sua debilidade económica e pelo peso significativo dos idosos. Acresce que, por razões que têm a ver com a orografia da cidade, o acesso entre a zona ribeirinha e a cota alta da cidade (designadamente a Boavista e a chamada Baixa) é particularmente custoso.

Em alternativa, a STCP pôs em funcionamento, ao que se sabe após acordo com a Câmara Municipal do Porto, duas carreiras de mini-autocarros, ZR e ZM. Simplesmente os percursos dessas carreiras não correspondem às efectivas necessidades locais.

Ao longo de todo o processo, a STCP foi informada acerca do problema e as Juntas de Freguesia de S. Nicolau e de Miragaia chamaram a atenção para as graves questões sociais que as alterações acarretam e propuseram soluções alternativas, designadamente no que diz respeito ao percurso das novas carreiras, que permitiam minora-las. Estas posições foram, aparentemente, ignoradas pela administração da STCP.

Assim, e pelo exposto, venho ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor requer à STCP, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, as seguintes informações:

- 1 - Tenciona a STCP assegurar um transporte público adequado para as populações daquela área do centro histórico do Porto, ouvindo as opiniões das respectivas Juntas de Freguesia?
- 2- Está o governo informado acerca do acordo eventualmente existente entre a STCP e a CMP e do seu conteúdo?
- 3 - Estão previstas medidas que minorem o impacto de futuras – já anunciadas – alterações nas carreiras da STCP?

O Deputado

Manuel Pizarro  
Manuel Pizarro

André  
02/02/02  
r